

A LITERATURA DE CORDEL NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL.

GOMES, Germana Guimarães. *

LUCENA, Vanessa Monteiro. **

Discutindo o negro após sua libertação em 1888 e destacando os estereótipos criados em torno de sua imagem, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma análise acerca do imaginário social construído por Hélvia Callou e Varnecki do Nascimento sobre o negro através da literatura de cordel. É destacando os cordéis “*Abolição Sem Libertação*” e “*Branco Cuidado: Deus pode ser negro*” dos respectivos autores, que propomos nessa pesquisa discutir as visões estereotipadas e preconceituosas encontradas na sociedade através mídia, dos livros didáticos, da política e de outras esferas. Nessa pesquisa, percebemos o negro como sujeitos sociais atuantes na historicidade do seu tempo e espaço, pois estes conseguiram e consegue nas suas práticas cotidianas forjar estratégias de resistência e de enfrentamento a situação racista existente no lugar social no qual está inserido. No enfoque a literatura de cordel, esta ganha destaque nessa pesquisa pelo fato de exercer um importante papel seja na sua função informativa, denunciativa, como também na sua forma de vê e pensar a realidade. Para tanto, faz-se necessário discutir a respeito dessa modalidade cultural, a sua importância, assim também como a situação da negritude com o fim da escravatura, cuja prática segregativa fez com que muitas cicatrizes coloniais e imperiais ainda apareçam hoje.

Surgida na Europa Feudal por volta do século XII, essa modalidade cultural destacou-se a partir dos registros de poetas andarilhos que anotavam de uma forma sutil os acontecimentos passados e vividos da época. Associada nesse momento inicial a um contexto oral, os folhetos de cordel carregados de uma forte ideologia engajada no meio social, político e cultural, transmitiam através desses poetas as histórias de bravuras, aventuras, histórias conservadas pela memória popular. Logo após começou a aparecer no mesmo tipo de poesia a descrição de fatos recentes, de acontecimentos sociais que prendiam de certa forma a atenção popular. A partir desse contexto a literatura de cordel passa não somente a trazer histórias e fatos de bravuras, aventuras, fatos já acontecidos, mas passa a trazer também histórias do

* Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

** Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba

real, possuindo tanto um caráter informativo, como jornalístico e até mesmo denunciativo.

Presas em barbantes ou cordel essa literatura recebe essa denominação pela sua forma de venda. Esses folhetos de impressão rudimentar eram vendidos nas feiras, nas romarias, nas praças, registrando fatos históricos ou transcrevendo poesia erudita. A sua presença no Brasil vai ter raízes lusitanas devido ao fato deste ter sido colonizado por portugueses. Porém esse romanceiro que veio de Portugal não era exclusivamente lusitano. A literatura de cordel já se encontrava em outras nações européias apesar destas terem uma denominação diferente. “... já que se encontram publicações similares em quase todos os países europeus – basta que se pense nos chapbook ingleses, na littérature de colportage francesa, nos pieglos sueltos espanhóis etc.” (ABREU, 1999, p.23). Dada a sua simplicidade de confecção, esse tipo de literatura possui um custo mínimo passando a se colocar como uma excelente alternativa para o acesso a leitura. É construindo um espaço de representação e de ampliação das manifestações populares, que o cordel se torna uma memória viva, no qual o poeta como sua habilidade acaba, pois, transformando notícia em história, em narrativa, em fábula.

O teor informativo a partir dos folhetos tem propiciado um leque de discussão, devido à maneira destes em retratar a história de um povo, as angústias, os conflitos, os sonhos, os desejos e a imaginação de uma dada sociedade. É com base nestas discussões que buscamos neste artigo enfocar a cerca da atual situação do negro na sociedade, problematizando a sua liberdade com o fim da escravidão.

Os autores dos respectivos cordéis “*Abolição Sem Libertação*” e “*Branco Cuidado: Deus pode ser negro*” se destacam nessa pesquisa por seus estilos simples e direto ao discutirem uma grande problemática vista na sociedade, a situação do negro após sua libertação. Analisando o plano social, estes autores discutem em seus cordéis o negro como objeto numa visão distanciada, ou seja, numa visão racista, preconceituosa encontrada na política, mídia e em outras esferas, e também discutem o negro como sujeito numa atitude compromissada, ao colocarem a necessidade de quebrar as barreiras que impedem o negro de exercer sua cidadania. Da visão estereotipada, do preconceito velado ou explícito, interrogamos nesse estudo a permanência ainda do negro no porão como nos fala Callou, e do racismo como nos fala Nascimento. Questionamos nesse sentido a permanência destes dentro de um âmbito de “escravidão”, separado e desigual. O caráter informativo e denunciativo

desses cordéis nos expõe que a luta pela “liberdade” do negro ainda continua até hoje, pois este ainda se encontra dentro de um contexto marginalizado, num contexto de exclusão. Daí a necessidade em perceber como o negro é visto pela sociedade, como este é representado enquanto cidadão, ou seja, enquanto possuidor de direitos e deveres.

Foi durante o século XV que os europeus ansiosos por expandirem seus mercados, desembarcaram em terras coloniais. A exploração desta iniciou um período de forte demanda de mão-de-obra barata, a partir do qual se deu o processo de apropriação do negro como escravo. A escravidão de negros no Brasil durou mais de três séculos e trouxe para o país "*3,6 milhões de africanos trazidos compulsoriamente*" (SCHWARCZ, 1998: 173-244). Estes, como lembra Lilia Moritz Schwarcz ao se tornarem propriedades de quem os comprava, eram por definição não-cidadãos, considerados inferiores. Com a abolição da escravatura, a liberdade não significou a igualdade.

A viagem da África para o Brasil era uma verdadeira tragédia. Os escravos vinham amontoados e acorrentados nos porões dos navios negreiros, as doenças se propagavam e a alimentação era deficiente, o que abatiam muitos deles. Chegando ao Brasil, estes eram colocados à venda sendo então minuciosamente examinados pelos possíveis compradores. O tráfico negreiro, na verdade, ocasionou a diáspora negra, pois não havia um respeito pela organização social e familiar dos africanos, já que era comum as famílias serem separadas já no mercado uma vez que pais e filhos, maridos e mulheres podiam ser vendidos a diferentes compradores.

Trabalhando de sol a sol nos canaviais, nas moendas, nas caldeiras em condições extremamente duras, estes viviam também em habitações coletivas chamadas de senzalas. Com um único compartimento, abafado, sem janelas a promiscuidade nesse local era inevitável. Se encontrando sob permanente vigilância dos capatazes, qualquer deslize o negro era castigado com a máxima severidade, através de instrumentos como o tronco, no qual o negro era preso pelas canelas para serem açoitados; o bacalhau, espécie de chicote que abria fendas profundas; a gargalheira, colar de ferro com vários braços em forma de gancho, além de castrações, amputações e quebra de dentes.

Resistindo através de diversas formas da opressão, muitos se suicidavam ou tentavam fugir. Um dos locais de refúgio para o negro escravo eram os quilombos. Apesar da vida difícil nesses quilombos, os habitantes viviam livremente, longe da

escravidão, revivendo suas tradições, crenças e costumes africanos. É esse o segredo que explica a resistência de inúmeros quilombos, durante vários séculos, pois os quilombolas preferiam morrer lutando a voltar à condição de escravo.

Foi a partir do século XIX que, amparado por necessidades econômicas, a defesa da liberdade do negro ganhou força através do discurso abolicionista. Esse foi um momento em que o sistema escravista passou a representar uma verdadeira contradição à nova estrutura econômico-social. A Abolição da escravatura se concretizou num período em que se estabeleceu uma discordância entre produção e consumo versus escravidão. Esse era um debate que ganhava espaço principalmente por representar uma barreira para o alcance das novas metas e interesses da classe privilegiada. A denominada “libertação dos escravos” não ocorreu em prol do negro, mas sim como resposta às pressões estabelecidas por uma economia capitalista: era necessária a abertura de novos mercados para o consumo da produção em massa que as máquinas disponibilizavam. O negro enquanto escravo não consome, mas como trabalhador assalariado sim. O negro permaneceu na marginalidade e da passagem do discurso abolicionista para o pós-abolicionista essa posição não se alterou de uma maneira significativa para pôr em liberdade o negro da escravidão.

A primeira lei a favor do escravo foi a que proibiu o tráfico negreiro promulgada em 1831, ano da abdicação de D. Pedro I. Porém esta foi desrespeitada pelos proprietários rurais, permanecendo letra morta, servindo apenas para satisfazer compromissos internacionais. Essa primeira lei só foi reafirmada em 1850 com a lei Eusébio de Queirós que autorizou a expulsão dos traficantes do país. Apesar de extinto o tráfico em 1850, a abolição “definitiva” demorou ainda 38 anos, em virtude da resistência dos proprietários rurais cujas lavouras dependiam do braço escravo.

Três leis principais reconheceram o direito do escravo à liberdade. A primeira delas foi a chamada *Lei do Ventre Livre*, assinada em 1871, declarando livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir daquela data. A segunda lei foi a *Lei do Sexagenário* de 1885, que concedeu liberdade aos escravos acima de sessenta e cinco anos, essa lei se considerou irrisória já que era difícil o negro chegar aos sessenta e cinco anos. As campanhas foram se tornando intensas até o dia 13 de maio de 1888 quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, resultando assim o fim do regime escravocrata no Brasil.

Legitimada a escravidão durante quatro séculos, o entendimento do homem branco europeu sobre o negro se revigorou se fortaleceu e se difundiu. O discurso da

elite branca brasileira passou a carregar consigo todo esse arsenal de conceitos que relegaram ao negro a marginalidade e a subordinação com relação a um senhor. É dentro dessa conjuntura que Callou retrata a história do negro após sua libertação.

Situação de miséria, abandono, exclusão, sofrimento entre outros que “seriam” supridos com a Abolição da escravatura datada em 13 de maio de 1888. Segundo os autores dos denominados cordéis *Abolição Sem Libertação e Branco Cuidado: Deus pode ser negro* esta situação seria suprida, porque na verdade essa realidade ainda é uma constante em nossa sociedade. Os negros ainda passam por um contexto de miséria, abandono, preconceito e exclusão, estes muitas vezes mascarados por estereótipos, ou muitas vezes explícito. É nesse sentido que os cordéis nos fazem perceber a realidade do negro após sua libertação, questionando esta liberdade a partir de inúmeros exemplos visto no campo profissional, na mídia, na escola, e em diversos lugares.

“*Será que a sociedade não os mantém no porão?*” (CALLOU, 2002, p. 9) O questionamento feito pela autora inicia a problemática apontada no cordel sobre o negro no Brasil e sua libertação. Mostrando-nos a visão distanciada que este se encontra nos livros didáticos, na mídia, na política e em outras esferas, a autora nos mostra como o negro ou o descendente de negro reconhecido como tal ainda se encontra no porão do preconceito, onde a discriminação nega a ele o direito de ser cidadão.

Identificando também a construção dos estereótipos, ao abordar a cerca das datas comemorativas e também dos conteúdos escolares, Nascimento assim como Callou tece uma crítica a história marcadamente europeia vistas nas grades curriculares brasileira. Abordando os grandes feitos e os grandes nomes, o negro se insere no currículo escolar a partir do processo colonizador, que é quando estes se destacam como mão de obra escrava para a grande lavoura açucareira. Ao se discutir a data comemorativa da libertação dos escravos nas escolas, estas instituições só abrem espaço para o sofrimento do negro, marcados por séculos de trabalhos forçados, não há outro olhar sobre os negros, como esta nos fala neste trecho de seu cordel: “*Nos livros didáticos, o negro/ Não aparece em família/ Em nenhuma data histórica/ Há não ser naquele dia!.../ Assim mesmo acorrentado/ Dando idéia de agonia.*” (NASCIMENTO, 2005, p. 10). O negro nos trouxe cultura, arte, religião, é preciso que direcionemos nosso olhar para esses campos, não dando destaque somente ao sofrimento destes enquanto escravos.

Contemplando esse contexto dentro do espaço escolar, questionamos até que ponto ele está sendo coerente com a sua função social que é na verdade a de propor um espaço que preserve a diversidade cultural. A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, inserindo no processo histórico brasileiro três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Esse contato favoreceu o relacionamento dessas culturas levando a construção de um país miscigenado. Mas esse contato desencadeou alguns desencontros, desencontros estes pautados nas diferenças sociais, na exclusão, na marginalidade no qual o negro e o índio permaneceram. Esse acontecimento inicial contribuiu para o quadro situacional do negro. Segundo Callou, no cotidiano do negro está presente o preconceito, o descrédito, a difícil inclusão social, ou seja, características encontradas no período da escravidão, daí a fala dela neste trecho do cordel, questionando sobre a liberdade destes: “*Será que essa lei áurea / Pela princesa assinada / Libertou mesmo os escravos / Em data determinada / Digna de no centenário/ Ser por nós comemorada?...*” (CALLOU, 2002, p. 8), o negro, portanto, ainda se encontra sob o jugo da escravidão.

Mesmo sabendo do contexto da miscigenação existente no Brasil no qual nos coloca como possuidores do sangue da raça negra, os autores afirmam em seus cordéis que a situação de exclusão, de preconceito no qual o negro se encontra é gerado pelo fator de sua cor que muitas vezes se torna um grande empecilho na sua vida social. Existe o preconceito racial, que não o vê como um ser que possa progredir “*Se algum negro é gerente/ Ou grande empresarial/ Tratam-no como se fosse um trabalhador braçal...*” (NASCIMENTO, 2005, p. 9). O negro, então, é concebido como um mero elemento capaz e descartável ocupando uma posição marginal. Ele é submetido às retratações de um ser servil, cordial, fiel, e outras adjetivações que o subestimam.

A mídia em si contribui para a atual situação do negro que o relega num campo inferior. A TV e o cinema nos mostram o negro numa postura violenta, participante do crime ou servo numa postura inferior. A publicidade nos passa idéias de preconceito e desumanidade “*A mulher negra vende marca de sabão/ é domestica subordinada ao patrão/ a criança é trombadinha*” (CALLOU, 2002, p. 11). Porém mesmo com esse enfoque dado pela mídia, a autora nos expõe que esta tem também contribuindo para a diminuição do preconceito e de estereótipos. “*A TV tem nos mostrado/ A mãe branca amamentando/ A uma criança negra/ Duas mãos se*

entrelaçando.../ Pra nossa sociedade / Isso está adiantando?...” (CALLOU, 2002, p. 12). Não há, pois, uma generalização por parte da autora, quando esta afirma que a mídia contribui ainda mais para o preconceito, porém ela questiona esta tal contribuição, fazendo com que o leitor de seu cordel não seja um mero leitor, mas problematizador da situação que o negro se encontra.

O que move a indignação dos autores em seus cordéis é na verdade o sofrimento do negro, que é livre e é humano, mas ainda sofre com a necessidade em se livrar da mancha da escravidão. É preciso, pois, que se integre o negro na sociedade para além dos estereótipos e distorções.

Cordel denunciativo, “Abolição Sem Libertação” e “Branco Cuidado: Deus pode ser negro” tem como principal objetivo, fazer uma alerta ao leitor sobre a atuação do negro na sociedade, buscando nesse sentido a diminuição do preconceito e afirmação cultural destes. A cultura, as religiões afro-brasileiras e a história do continente Africano, com suas práticas, seus mitos e seus reis e rainhas devem ser resguardados como forma de contribuir para a história dos negros no Brasil. Logo, contribuindo para a ampliação dos debates sobre a necessidade de uma mudança de mentalidade frente ao preconceito existente atualmente na sociedade e até, auxiliar a todos aqueles que trabalham com a Literatura de Cordel no sentido de facilitar a compreensão do percurso percorrido por essa literatura desde a sua origem no Brasil, ao reconhecimento do Cordel enquanto manifestação cultural do povo nordestino e da importância da ampliação e valorização deste tipo de literatura.

Assim, buscamos focar a partir da análise de dois cordéis a manifestação de uma nova visão em relação ao preconceito racial, onde os poetas se utilizam do verso para denunciar a forma como os negros são tratados atualmente na sociedade brasileira. Poetas estes que compõem uma nova geração de produtores de Cordel que têm demonstrado interesse em mudar essas situações de injustiças. No entanto, muito ainda precisa ser feito para que possamos ver garantida uma sociedade onde todos tenham igualdade de oportunidade. Hoje, o negro ainda é vítima de exaustivas arbitrariedades, sujeitos a condições subumanas. Situações de preconceito são encontradas frequentemente na sociedade, sendo reflexos trazidos das transformações étnicas ao longo da história. A tolerância e o respeito às diferenças são alguns pressupostos para a inclusão do negro, resgatando a memória do seu passado cruel e forjando uma compreensão dos diversos processos de exclusão que a classe negra atravessa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. História de cordéis e folhetos. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de leitura do Brasil, 1999.

CALLOU, Hélvia. Abolição Sem Libertação. Campina Grande: FUNCESP, 2002.

NASCIMENTO, Varnei Santos do. Branco cuidado: Deus pode ser negro. Guarabira, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998, p. 173-244